



DIÁLOGO
Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, fez uma bateria de encontros com seus pares ministeriais para discutir a execução dos cortes

CORTANDO NA PRÓPRIA CARNE

Ministro Fernando Haddad realiza últimos ajustes no pacote de cortes que deve reduzir os gastos públicos, visando salvar o Arcabouço Fiscal. Benefícios de militares entraram na última rodada de negociações

Viviane MONTEIRO

O pacote de ajuste fiscal de Fernando Haddad, que está quase pronto para ser anunciado, vai atacar setores que sempre foram poupados. Entre as medidas previstas estão cortes na previdência e pensão dos militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. Mas também impõem regras na correção do salário mínimo e redução de gastos de custeio em áreas sociais como Saúde e Educação, tudo como esforço para garantir a sustentabilidade do Arcabouço Fiscal.

Entidades científicas, temendo os efeitos, já se mobilizam para impedir o corte de 35% previsto nos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico

e Tecnológico (FNDCT), o principal fundo de fomento da ciência brasileira, estimado em cerca de R\$ 10 bilhões para o próximo ano. Já a tesourada sobre históricos privilégios das Forças Armadas, defendida há anos por especialistas para o enxugamento das despesas públicas, atende a um pedido do presidente Lula, que entrou em acordo com o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro Filho, após reuniões com Haddad.

Em meio à reunião do G20, no Rio de Janeiro, a equipe econômica e técnicos da Defesa se debruçaram, na terça-feira (19), em Brasília, em busca de consenso. Isso ocorreu no mesmo dia em que a Polícia Federal deflagrou a operação Contragolpe

com a prisão de militares que planejaram, no fim de 2022, o assassinato do presidente Lula, do vice Geraldo Alckmin e do ministro Alexandre de Moraes (SFT). Tradicionalmente poupados de cortes, graças a um forte lobby, os militares estão cedendo e, segundo a Defesa, vão contribuir com o pacote que, no total, deve cortar cerca de R\$ 70 bilhões em dois anos, sendo R\$ 30 bilhões em 2025 e R\$ 40 bilhões em 2026.

Quatro propostas consensuais entre os dois ministérios entraram no radar do pacote e elas devem ser anunciadas juntamente com o restante das medidas. Uma prevê criar um Fundo de Saúde com a contribuição de 3,5% da remuneração dos militares até janeiro de 2026. Outra institui idade mínima de 55 anos para o militar ter direito à chamada “reserva remunerada”, um tipo de aposentadoria que hoje não exige idade mínima. O tempo de serviço, de pelo menos 35 anos, é o critério adotado para obtenção desse benefício.

MORTE FICTA Outro ponto do acordo acaba com a chamada “morte ficta”, que, na prática, significa morte “fictícia” aplicada a militares expulsos quando forem inaptos para o serviço, seja por crimes ou mau comportamento. Mesmo assim, os respectivos familiares recebem os benefícios integrais como se o militar tivesse morrido, conforme a Lei de 3.765/1960, conhecida com a legislação das pensões dos militares. O consenso, para o ajuste fiscal, é que, nesse caso, a família do militar passe a ter o direito ao auxílio-reclusão.

Para especialistas e parlamentares, os cortes previstos nas despesas das Forças Armadas, que respondem por significativa fatia do bolo orçamentário da União, são alternativas viáveis para o enfrentamento de problemas do déficit público e do crescimento da dívida brasileira. O déficit previdenciário de um militar aposentado ou pensionista é de R\$ 159 mil, 17 vezes maior do que o do INSS, reforça o economista Odilon Guedes, vice-presidente do Conselho Regional de Economia São Paulo (Corecon-SP). “São 315 mil militares nessa situação. Representam um déficit total de R\$ 49,7 bilhões.” Guedes lembra que o militar “é



NOVO OLHAR
Presidente Lula, Rodrigo Pacheco (Senado) e José Múcio (Defesa) em evento no 7 de Setembro

o único servidor público que se aposenta com salário integral, diferentemente dos demais trabalhadores brasileiros”.

Além de ajustes nas contas da Defesa, a área econômica cogita limitar o reajuste do salário mínimo a 2,5% acima da inflação, mudar os pisos da Saúde e Educação e contingenciar recursos da Ciência, áreas essenciais para o desenvolvimento. Ou seja, “cortar a própria carne”, conforme relatam economistas. O ministro da Casa Civil, Rui Costa, disse que o pacote deve ser concluído na sexta-feira (22) e garantiu que não haverá cortes nos investimentos nas áreas de Saúde e Educação. Ele antecipou um bloqueio de R\$ 5 bilhões no Orçamento de 2024 pela Junta de Execução Orçamentária. “O corte cotidiano, se necessário e quando necessário, foi e sempre ocorrerá para manter as despesas dentro do limite da lei.”

O diretor executivo para as Américas do EurasiaGroup, Christopher Garman, apoia o esforço e avalia que o governo hoje está mais convencido da necessidade do ajuste. “Acredito que vem um pacote melhor do que o mercado está esperando.” O combate a “privilégios tributários” também está no radar de Haddad que, reiteradamente, critica a renúncia fiscal para o setor empresarial que, muitas vezes, “sem nada em troca”. As renúncias fiscais totais, de estados e governo federal, alcançaram 7,2% do PIB em 2023, aumento de cerca de cinco pontos percentuais nos últimos 15 anos, conforme relatório da FGV em parceria com o Tax Expenditures Lab e apoio da ONG Samambaia.org. Um dos responsáveis pelo estudo, Manoel Pires, coordenador do Centro de Política Fiscal e Orçamento Público do IBRE-FGV, destaca a falta de transparência dessas renúncias, além da ausência de controle e de análises de impactos sociais e econômicos. O estudo revela que mais de 70% do total vigoram por tempo indeterminado. A expectativa é de que esse tema seja incluído também no pacote, minimizando o impacto social negativo sobre eventuais cortes. **S**